

Mulheres no SUAS - 2

Esta é a segunda edição do Boletim Mulheres no SUAS. Na primeira edição, foram abordados diversos aspectos relativos à inserção das mulheres no Sistema Único da Assistência Social tanto na condição de usuárias quanto de trabalhadoras e conselheiras.

Discutimos em que medida a política de assistência aborda a questão de gênero e raça e como as desigualdades podem ser aprofundadas pela própria política quando tais dimensões não são suficientemente levadas em consideração. Essa discussão continuará a ser feita neste boletim, porém a partir de uma nova abordagem.

O SUAS DELAS

Metade das mulheres que são responsáveis familiares recebem o benefício do Programa Bolsa Família e 7,3% recebem o Benefício de Prestação Continuada.



A PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE PESSOAS USUÁRIAS DO CRAS

PERFIL DA USUÁRIA TÍPICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A desigualdade de gênero é histórica e está profundamente enraizada em nossa sociedade, assim como em tantas outras. Por isso mesmo, a modificação desta realidade é tão lenta e difícil, visto que envolve a mudança de mentalidades que são introjetadas desde a infância e que se incorporam ao que somos na forma de identidades e papéis.

Além disso, as diferenciações de gênero, que criaram os grupos sociais de mulheres e homens, estão assentadas na crença de que há uma origem natural para aptidões e capacidades associadas à feminilidade e masculinidade, crença que é própria, segundo Goffman¹ (1977), de sociedades pré-modernas, mas que ainda está bastante presente nas sociedades contemporâneas.

A mudança deste tipo de fenômeno social acontece ao longo de várias gerações.

1. GOFFMAN, Erving. "The arrangement between the sexes". In: Theory and society, vol. 4, n° 3 (Outono, 1977), pp. 301-331



Expediente

Elaboração:

Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

Cinthia Santos, Daniela Ramos, Dionara Borges, Lana Barbosa, Marcos Antunes, Paulo Clemente, Priscilla da Gama.

Redação:

Daniela Ramos, Debora Macedo

DGSUAS/SNAS - 08 de março de 2019

Colaboração:

Coordenação de Processos Comunicacionais em Rede (Rede SUAS)

Adriana Leite, Alessandro Silva, Ana Barbosa, Eduardo Monteiro, Frederico Palma, Luanna Sousa, Sanderson Rocha.

Editoração:

Eduardo Monteiro

Também destacamos aqui o papel importantíssimo do Estado na reprodução de tais desigualdades, dado seu poder de implementar políticas de caráter sexista e ainda, de sua atuação coercitiva na imposição de normas sociais. Nossa sociedade patriarcal é dominada por homens, que exercem poder político, econômico e social em todos os campos.

Dentro do arranjo da divisão sexual do trabalho, os homens apropriam “funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc)” (Hirata e Kergoat, 2007: 132²). Assim, às mulheres são reservados os nichos de menor poder, como as políticas sociais, em que elas estão presentes em maior proporção, como demonstramos no último boletim, por meio dos dados que mostram a preponderância das mulheres como gestoras e coordenadoras de equipamentos.

2. HIRATA, Helena e KÉRGOAT, Daniele. “Novas configurações da divisão sexual de trabalho”. In: Cadernos de pesquisa. Vol. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez 2007.

Sem dúvida, os órgãos gestores das políticas sociais são espaços de poder relevantes, que promovem a alocação de importantes recursos públicos e garantem o aumento da qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

A proposta é continuar questionando os pressupostos de nossa atuação como trabalhadoras do SUAS.

Aproveitar o Dia Internacional da Mulher como um momento para refletir sobre como nosso trabalho nos afeta, como mulheres e homens e também como a política de assistência influencia as mulheres usuárias, em que medida as leva a questionar sua inserção no mundo e adquirir novas possibilidades de transformar suas vidas.



A pesquisa de satisfação de pessoas usuárias do CRAS

No boletim anterior, afirmamos que “na Proteção Social Básica, não há dados sobre proporção de mulheres atendidas pelo PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família”.

Acrescentamos ainda que havia um conhecimento não sistematizado de que as mulheres são as principais atendidas pelo PAIF visto que são grande parte das pessoas de referência das famílias, porém não podíamos afirmar qual o percentual de mulheres atendidas em termos mais agregados.

A Pesquisa de Satisfação de Pessoas Usuárias do CRAS traz esses dados. A pesquisa foi uma das conquistas da Vigilância Socioassistencial no ano de 2018. Dadas as possibilidades de reflexão sobre as mulheres que ela possibilita e, ainda, tendo em vista o fato de que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada do SUAS, a unidade que materializa sua identidade, decidimos focar este boletim nos dados da pesquisa de satisfação de pessoas usuárias.

Porém, não focamos aqui na satisfação das mulheres com os serviços ofertados pelo CRAS visto que este aspecto foi tratado no boletim específico da Pesquisa de satisfação das usuárias do CRAS.

O objetivo é sobretudo o de discutir o perfil da usuária padrão do CRAS: sua raça, idade, posição no domicílio e outras características.

A pesquisa teve por objetivo avaliar aspectos objetivos e subjetivos referentes à qualidade dos serviços prestados nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS. Os dados que serão citados aqui têm representatividade para as cinco macrorregiões do Brasil, para todas as Unidades Federativas e para municípios com até 100.000 habitantes e municípios com mais de 100.000 habitantes.

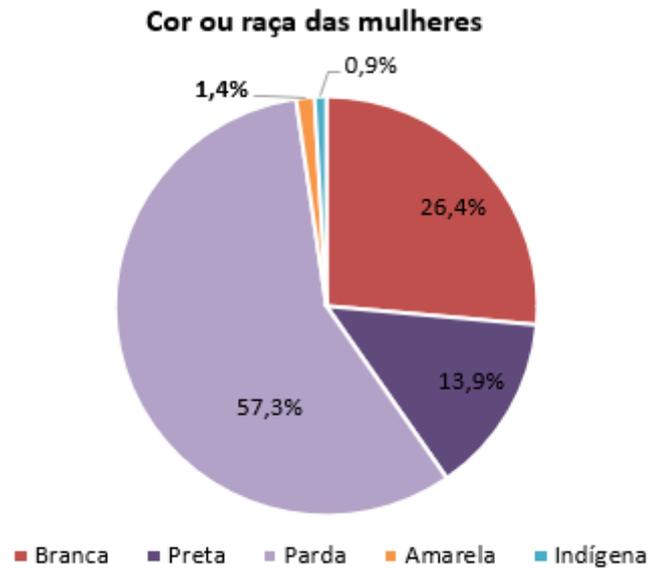
A população pesquisada foi definida como pessoas usuárias dos CRAS, em visita a estes equipamentos no período de realização da pesquisa (entre 24 de abril e 08 de julho de 2018).

Não por acaso, 77,3% (4.591) das pessoas entrevistadas na pesquisa são mulheres. O grupo de pesquisadores/as abordou todas as pessoas usuárias que saíam dos CRAS em determinado dia, que são, em sua grande maioria, mulheres.



Perfil da usuária típica do CRAS

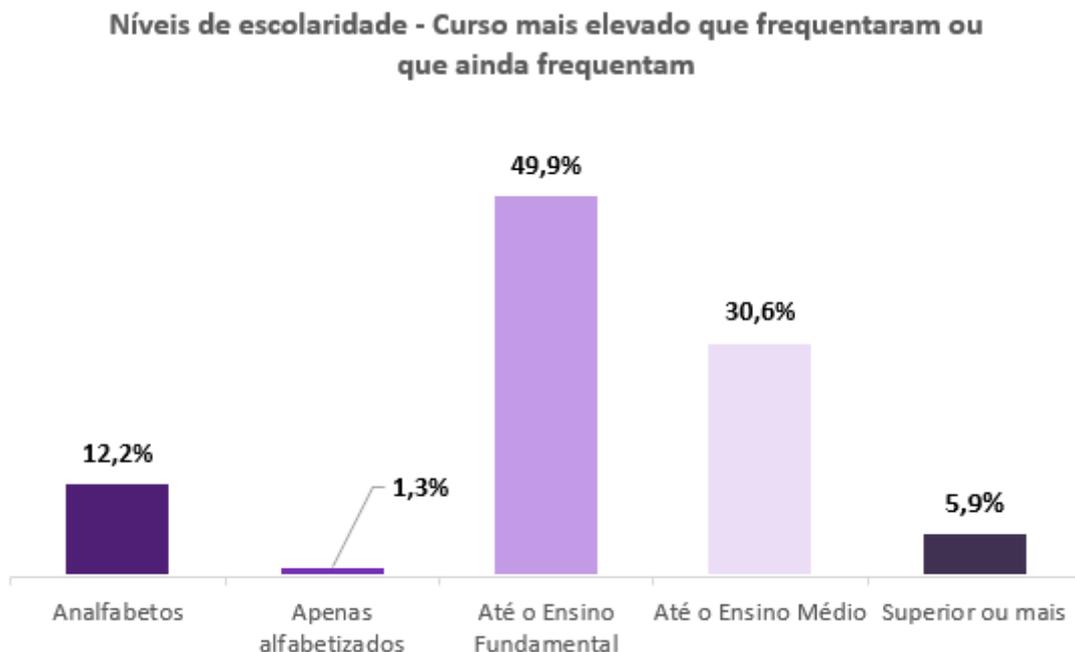
Sabemos, agora, que a pessoa usuária padrão dos CRAS tem gênero (feminino) e raça (negra): a grande maioria delas é mulher (77%). Dentre as mulheres, 71,2% são negras (pretas e pardas).



Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

Essa mulher que chega ao CRAS em geral não é jovem. 23,7% delas têm até 29 anos e 55% delas têm entre 30 e 59 anos. A média de idade delas é de 43,4 anos. Apenas 4,4% das mulheres fazem parte de povos e comunidades tradicionais.

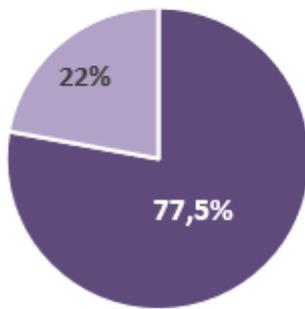
Elas têm baixa escolaridade: em torno de 12% delas não sabem ler e escrever, somente 7% estão frequentando escola e quase 56% delas apenas chegaram a cursar, no máximo, o equivalente ao ensino fundamental, com ou sem concluir.



Outro dado muito significativo e preocupante é que a grande maioria (77,5%) das mulheres usuárias do CRAS não “trabalharam ou estagiaram, durante pelo menos uma hora, em atividade remunerada nos últimos 30 dias”.

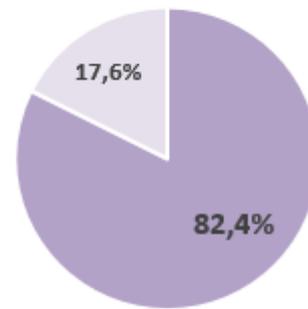
E apenas 17,6% dessas mulheres que trabalham têm carteira de trabalho assinada.

Trabalharam ou estagiaram em atividade remunerada



■ Não ■ Sim

(Das que trabalharam) Têm carteira de trabalho assinada



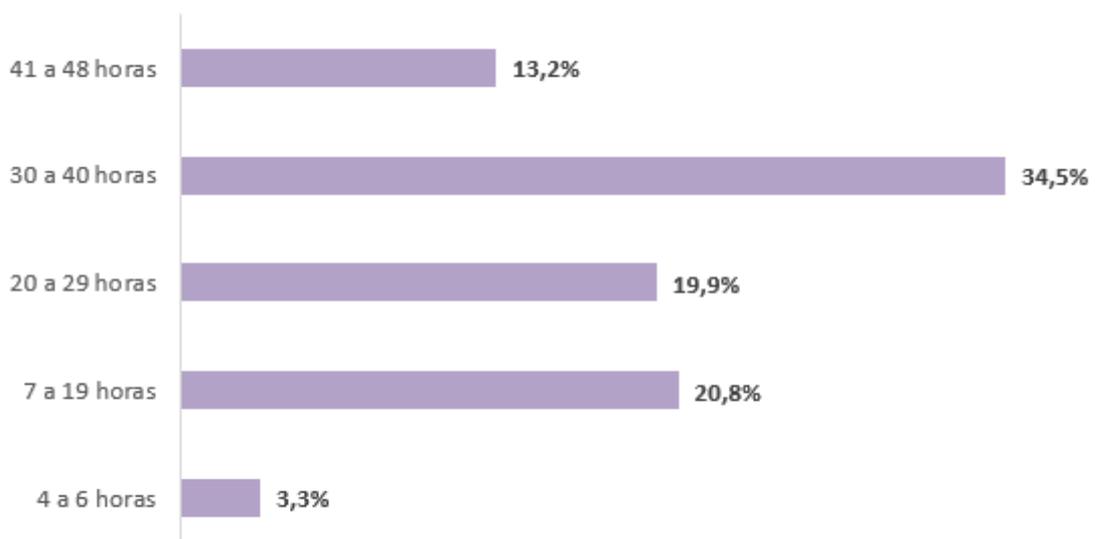
■ Não ■ Sim

Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

Entre as que trabalharam, 44% o fizeram em tempo parcial: até 29 horas por semana. 34,5% trabalharam de 30 a 40 horas e 21,5% trabalharam mais de 40 horas.

Esses dados confirmam a precariedade da inserção laboral feminina, que se acentua entre as usuárias dos CRAS: desemprego muito alto, trabalho de tempo parcial e baixa formalização.

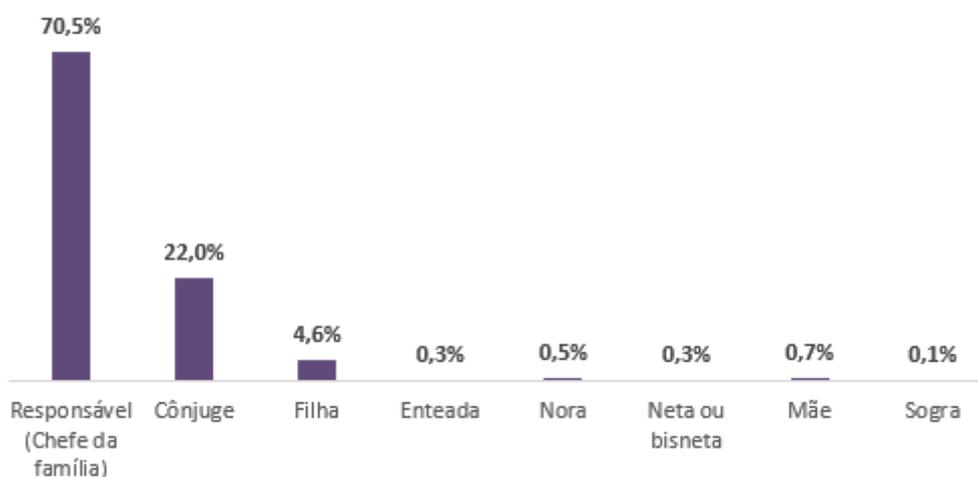
(Das que trabalham) Horas de trabalho dedicadas por semana:



A renda total média do domicílio em que elas residem não chega a um salário mínimo (em torno de R\$857,00). São famílias pobres, portanto.

Essas mulheres são, em grande maioria (70,5%), as responsáveis pelo domicílio, como mostra o gráfico abaixo. E dentre essas, apenas 23,3% exercem trabalho ou estágio remunerado, fora do domicílio. Portanto, não se pode afirmar que a chefia do domicílio se deva à posição delas no mercado de trabalho.

Posição das mulheres no domicílio

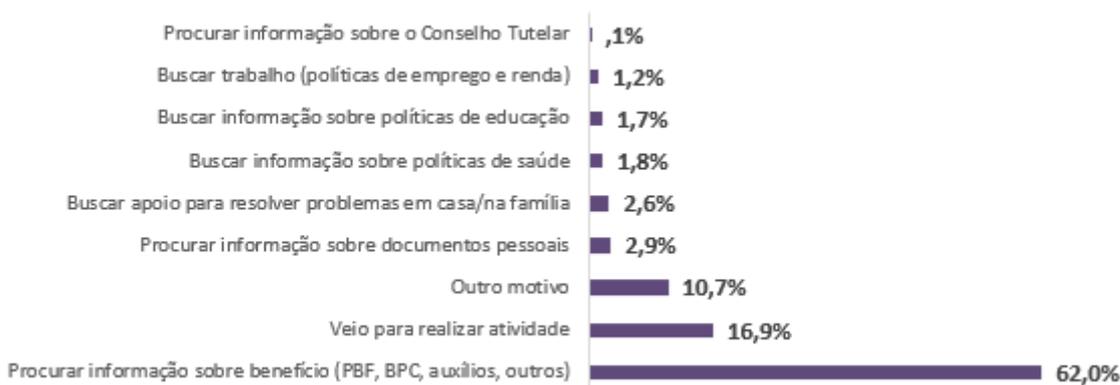


Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

As mulheres usuárias do CRAS têm poucos recursos capazes de dotá-las de autonomia econômica e inserção profissional qualificada. E, ao que os dados indicaram, elas não possuem o recurso essencial para uma inserção profissional qualificada, que é a escolaridade. Também não parece estar havendo um movimento forte

dos CRAS de procurar fortalecer esse aspecto da autonomia feminina. Apenas 15,4% (Ver tabela 2) delas já participaram de atividades ofertadas pelo CRAS para geração de renda/inclusão produtiva. Entretanto, a maioria delas procura o CRAS em busca de informações sobre benefícios sociais.

Por qual motivo veio ao CRAS pela primeira vez?



Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

Metade das mulheres que são responsáveis familiares recebem o benefício do Programa Bolsa Família e 7,3% recebem o Benefício de Prestação Continuada. É bastante provável que o alto percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio se deva à titularidade preferencial do Bolsa Família, dada às mulheres. Da mesma forma, são elas as que mais procuram o CRAS para obter informações sobre o Programa.

Como esperado, as mulheres, mais do que os homens, não estavam comparecendo ao CRAS pela primeira vez, no momento em que a pesquisa foi realizada. Para 76% delas, em comparação com 58% deles, não era sua primeira visita ao equipamento. Dentre essas que não haviam ido pela primeira vez, a grande maioria (72,1%) já estava sendo atendida há mais de doze meses, o que mostra que **os CRAS prestam um acompanhamento de longo prazo às mulheres, mais do que aos homens (52,9% deles frequentam há mais de 1 ano).**

A média de visitas das mulheres aos CRAS nos últimos 30 dias é surpreendentemente alta: 3 (excluindo a visita do dia da entrevista).

O motivo mais prevalente da ida ao CRAS é a procura de informações sobre benefícios (Bolsa família, BPC, auxílio funeral, cesta básica, entre outros): 62%.

A atividade que mais se realiza nessa primeira ida ao CRAS é a de “trazer/atualizar os dados para o Cadastro Único” (53,7%), seguida por “participar de atividades em grupo (oficina, esporte etc)” (17,3%) e, em terceiro, “Atendimento (individual/familiar) com psicólogo/assistente social” (8,1%).

O que as pessoas mais vão buscar no CRAS são as atividades associadas ao recebimento de benefícios. Apenas 2,6% delas vão para “buscar apoio para resolver problemas em casa/na família”. Portanto, a identidade do CRAS, para as mulheres (e também para os homens) que o procuram é diferente do esperado, que seria o atendimento psicossocial.

A maior parte das mulheres e, principalmente, homens nunca participou de serviços ofertados pelos CRAS, tais como reuniões com grupos de convivência ou grupos de famílias ou atendimentos individuais com psicóloga(o)/assistente social.

O único tipo de atividade em que há uma maioria de participantes é a de atualização ou cadastramento no Cadastro Único (ver tabela 1 abaixo).

Tabela 1 - Atividade: Recebeu algum atendimento ou participou de alguma atividade

Atividades de que já participou:	Mulheres	Homens
Atividade de atualização ou cadastramento no cadastro único	72,9%	58,3%
Atendimentos individuais com psicóloga(o)/assistente social	42,2%	31,9%
Reuniões com grupos de convivência ou grupos de famílias	40%	30,3%
Atividade para recebimento de algum benefício eventual	26,3%	17,9%
Atividades para geração de renda/ inclusão produtiva	15,4%	8,0%

Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

Percentuais ainda maiores afirmam que suas famílias nunca participaram dos serviços elencados no questionário da pesquisa (ver tabela 2).

Tabela 2 - Atividades realizadas por familiares de mulheres e homens

Atividades de que alguém da família já participou:	Mulheres	Homens
Atendimentos individuais com psicóloga(o)/assistente social	18,0%	16,4%
Reuniões destes grupos	14,9%	14,7%
Atividades para geração de renda/inclusão produtiva	5,8%	6,7%

Fonte: Pesquisa Nacional de Satisfação dos Usuários do CRAS, 2018

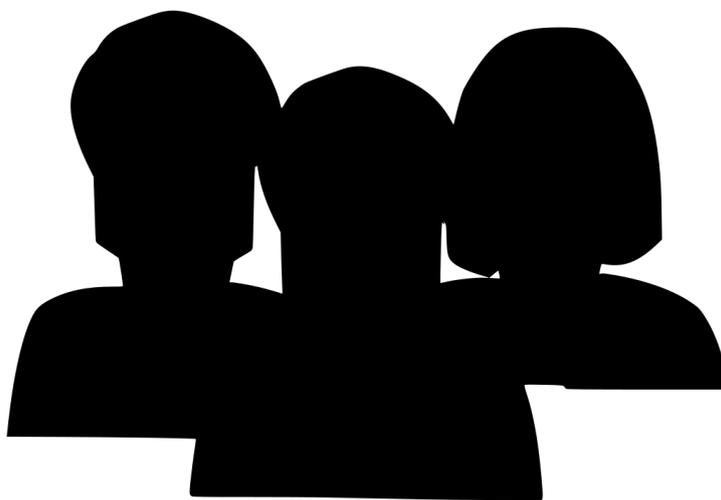
A pesquisa de satisfação com pessoas usuárias do CRAS sugere fortemente que a matricialidade sociofamiliar, ou o direcionamento dos serviços socioassistenciais para a família (em vez de para indivíduos), não tem se concretizado na prática. Na realidade, são as mulheres as principais atendidas pelos serviços socioassistenciais.

Gostaríamos de sugerir, portanto, que esta constatação seja usada como subsídio para discussão do papel que as mulheres e as famílias assumem na política de Assistência Social. Por que não tem sido possível atender os demais membros das famílias? O que se espera dessas mulheres que são, de fato, as pessoas atendidas pelos CRAS?

Espera-se que elas, na qualidade de “esteios familiares”, repassem aos demais membros da família o que aprendem nos CRAS ou que atuem na família como mediadoras de conflitos e fortalecedoras de vínculos?

Em que medida a atuação baseada nesses pressupostos reforça desigualdades de gênero? Estamos lidando com famílias reais ou idealizadas?

Estas são questões cujo debate contribuiria para tornar a política de assistência social mais direcionada para a equidade de gênero.





Curta o Facebook da

